

**SAÚDE E CIDADANIA: INFORMAÇÃO NOS PROJETOS
POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR**

**SALUD Y CIUDADANÍA: INFORMACIÓN EN LOS
PROYECTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE LAS
ESCUELAS DE MARINGÁ-PR**

**HEALTH AND CITIZENSHIP: INFORMATION IN THE
POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECTS OF
MARINGÁ-PR SCHOOLS**

Ana Paula Machado VELHO

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em
Promoção da Saúde da UniCesumar – Centro Universitário
CESUMAR, Maringá-PR - **Brasil**,
Email:anapaula.mac@gmail.com

Isabela QUAGLIA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Promoção
da Saúde da UniCesumar – Centro Universitário CESU-
MAR, Maringá-PR, **Brasil**,
Email:isaquaglia@hotmail.com

RESUMO

Este artigo descreve os resultados da análise de conteúdo de 13 Projetos-Políticos Pedagógicos de escolas municipais de Maringá-PR, no que diz respeito ao tema saúde e prevenção. O objetivo é mostrar que estes documentos de comunicação entre os gestores e a comunidade escolar não vêm planejando nem disseminando informações que garantam a saúde dos alunos do ambiente da escola. A pesquisa foi feita em abril de 2013, sobre os Projetos de 2012, cedidos pela Secretaria Municipal de Educação de Maringá-PR. Entre os resultados, destaca-se a falta de estratégias concretas para promover a saúde nas escolas.

Palavras-chave

Saúde. Cidadania. Comunicação. Projeto Político-Pedagógico. Maringá-PR-Brasil.

RESUMEN

En este artículo se describen los resultados del análisis del contenido del 13 Proyecto Político-Pedagógico - de las escuelas de Maringá-PR, con respecto al tema de la salud y la prevención. El objetivo es mostrar que estos documentos de comunicación entre los administradores y la comunidad escolar no planean ni difunden la información para garantizar la salud de los alumnos del entorno escolar. La encuesta se llevó a cabo en abril de 2013, más proyectos de 2012, asignados por la Educación Municipal de Maringá-PR. Entre los resultados, hay una falta de estrategias concretas para promover la salud en las escuelas.

Palabras clave

Salud. Ciudadanía. Comunicación. Proyecto Político Pedagógico. Maringá-PR-Brasil.

ABSTRACT

This article describes the results of a content analysis of 13 Political-Pedagogical Project of Maringá-PR schools, about two subjects: health and prevention. The goal is to show that these communication documents between managers and the school community have not been planning and disseminating information to ensure the pupils health in the school environment. The survey was conducted in April 2013, over 2012 projects, assigned by the Municipal Education Maringá-PR. Among the results, there is a lack of concrete strategies to promote health in schools.

Keywords

Health. Citizenship. Communication. Political-Pedagogical Project. Maringá-PR-Brazil.

INTRODUÇÃO

Saúde, na atualidade, é um termo definido na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e esse conceito é reforçado na Constituição Federal Brasileira de 1988. Esta última define a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, indicando os princípios e as diretrizes que regularão o Sistema Único de Saúde (SUS). Direito considerado fundamental ao ser humano só se torna realidade com a participação da população em suas conquistas e com o compromisso político do Ministério da Saúde que busca: universalização, equidade, integralidade, resolutividade orientando os investimentos na promoção da saúde (BRASIL, 2005, p. 06).

Pensar em uma escola promotora da saúde é acreditar em uma instituição que promove também qualidade de vida, garantindo direitos fundamentais ao cidadão. Segundo Pelicioni e Torres (1999, p. 9), pensar neste modelo de escola é “[...] implementar políticas práticas e outras medidas que se referem à autoestima dos indivíduos, à provisão de múltiplas oportunidades para seu sucesso e ao reconhecimento de bons esforços e iniciativas, bem como de realizações pessoais”. Isto quer dizer: ela oferece informações fundamentais para que o sujeito se construa de maneira saudável e exerça sua cidadania.

Em outras palavras, é impossível pensar a formação de um sujeito social, político sem investir na educação e na saúde. Porém, a quantos indivíduos está assegurado o direito de se construir como sujeito e atuar na sociedade como cidadão crítico e reflexivo por meio da escola promotora da saúde? As unidades educacionais de Maringá-PR estão se estruturando por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos como construtoras do conhecimento em saúde?

Para Pelicioni e Torres (1999, p. 3), a “[...] promoção da saúde no contexto escolar deve enxergar o ser humano de forma integral e multidisciplinar, considerando-o em seu contexto familiar, comunitário e social”. Assim como Collares e Moisés (1987) afirmam que a educação e saúde trabalham com o mesmo sujeito: o ser humano. E também com um mesmo propósito: proporcionar o desenvolvimento do bem-estar.

A área de promoção da saúde prega a importância de se instrumentalizar o indivíduo com informações, para que ele possa ser peça mais atuante na própria qualidade de vida. Configura-se aí e legitima-se no Brasil e em boa parte do mundo a doutrina dos cuidados primários ou Atenção Primária da Saúde (APS), que cresceu como resposta aos interesses políticos e pragmáticos de prevenção da doença.

Essa nova filosofia se fortalece no Brasil no período da década de 80, quando os movimentos sociais renascem com muita força, na tentativa de minimizar o custo social do período militar no país. O próprio Estado age em favor de mudanças na área social, que são ratificadas com a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. A Carta Magna, desde então, contém o desenho do Sistema Único de Saúde que, em sua essência, visa a implementar um novo modelo de política de saúde pública, no qual a disseminação de informação é fundamental.

A Associação Americana de Medicina define esse processo de organização de informação como uma iniciativa de alfabetização em saúde. Consiste exatamente em habilitar o cidadão da capacidade de obter, processar e compreender informação básica em saúde, necessária à tomada de decisões apropriadas. A não alfabetização em saúde leva a erros no uso de medicações, a não procura de ajuda médica quando necessária e à dificuldade em assumir hábitos de vida saudáveis. Ações nesta área demandam novas estratégias de reorganização do sistema de saúde, novos investimentos financeiros e também em comunicação, que redundem em mudanças de estilos de vida.

Nesse cenário, a escola tem papel importante já que se propõe a constituir cidadãos educados, conscientes de seus direitos e deveres e, portanto, críticos. A esse respeito, Delors (1998, p. 51) pondera que “a educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social”. A Educação em Saúde enfatiza os tópicos de ensino que se baseiam na participação e na responsabilidade dos estudantes em seu processo de aprendizagem, como requisito imprescindível para a construção de seus conhecimentos e gerenciamento de sua saúde. Portanto, uma consequência prática da Educação em Saúde é que, quando a aprendizagem funciona, a pessoa se responsabiliza por um estilo de vida saudável (PELICIONI; TORRES, 1999).

Em outras palavras, a educação é a base necessária para qualquer transformação social que busque contribuir para uma vida humana melhor e digna. Segundo Veiga (2004, p. 49), “[...] a educação, assim contextualizada, faz com que a escola, especialmente a escola pública, assuma importância cada vez maior como espaço-tempo em que as prioridades socioeducacionais dos cidadãos podem se concretizar”.

Partindo desse princípio, trabalhar com o tema saúde na escola implica não somente em transmitir informações descontextualizadas e sim desenvolver no educando conhecimentos, competências e habilidades para que sejam adotados modos de vida saudáveis, de forma prática.

COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO

1- Em 2012, o total de alunos do quarto ano com TDAH que tomavam medicação era de 136, de um universo de 3.031, o que representa um percentual de prevalência na série de 4,49%.

2 - Os dados desta pesquisa são inéditos e serão publicados em breve na dissertação da mestranda Bárbara Magalhães Barros Arco-Verde.

Mas não é isso que se tem visto no ambiente escolar na cidade de Maringá. Para ilustrar o que acontece neste município do noroeste do Paraná, cita-se, aqui, dados da Secretaria Municipal de Educação (Seduc) que mostram que 4,94%, ou seja, 530 alunos da rede de ensino fundamental usavam medicação para o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), em 2012. Uma consulta feita recentemente com alunos do 4º ano de escolas de ensino fundamental de Maringá mostra que 18,75% dos 48 alunos que tomam medicação para o controle do TDAH, e concordaram em participar da pesquisa¹, foram “aconselhados” pelos professores². Os dados foram fornecidos pelos pais dos estudantes e coletados em abril de 2013. Informalmente, a escola está frequentemente encaminhando alunos para os neuropediatras da rede pública. E só o fato do professor ser citado como

quem indicou o tratamento com medicamentos para a minimização dos efeitos de um comportamento hiperativo já é um grande problema. Fato que vem sendo criticado por Collares e Moysés (1986), e ainda ressaltam que, além de indicar, professores e médicos o fazem de forma inadequada.

Enfim, as estatísticas acima ajudam a levantar a questão de que a escola não está contribuindo para que o cidadão goze de um de seus direitos fundamentais que é a saúde. Assim, as autoras deste artigo suscitam a hipótese de que as unidades escolares não estão lidando com o tema saúde de maneira adequada desde o processo de planejamento das unidades, que se reflete nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP).

Acredita-se que o PPP é um instrumento de comunicação entre os membros da comunidade escolar. Aquele que descreve e informa o que a comunidade pensa e de que forma se pode garantir a construção do cidadão. O Projeto Político-Pedagógico, nesse sentido, torna-se o retrato do que a escola pretende desenvolver em seu cotidiano (BRASIL, 2010).

Segundo Vasconcellos (2005, p. 169), o PPP é o plano global da instituição. Para o autor, “é um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição no processo de transformação”.

Neste sentido, as escolas devem elaborar o Projeto Político-Pedagógico que contempla a finalidade de cada organização educativa, expressada nos seus processos e metas propostos. Ora, se expressa algo é porque tem como objetivo compartilhar algum conhecimento, alguma informação. E mais, se é um instrumento político, tem como essência a construção conjunta de conteúdos, de informações que organizam um grupo. “Denomina-se político porque é coletivo, político porque é consciente, porque define uma posição do grupo, político porque **expressa** um conhecimento próprio, contextualizado e compartilhado. Político, porque supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão” (EYNG, 2010, p. 26).

Porém, como afirmam Gandin e Gandin (1999, p. 14) nenhuma dessas ações será concretizada se as ideias não forem

[...] realizadas na prática, isto é, não transformadas em ação, servem apenas para o prazer do debate e da compreensão. Por isso são igualmente necessárias ferramentas para transformar ideias em prática. E se a educação, sobretudo a escolar, não trabalhar com a igualdade de importância nestas duas dimensões (a produção de ideias e a organização de ferramentas para torná-las realidade) não acontecerão as transformações necessárias.

Para os autores, qualquer instituição, para contribuir significativamente para aquilo que se propõe, precisa ter clareza e bom desempenho em duas dimensões: (1) na riqueza e adequação das ideias que maneja; e (2) nos instrumentos apropriados para transformar essas ideias em prática (GANDIN; GANDIN, 1999, p.17). E o Projeto Político-Pedagógico é o instrumento que concretiza a ação educativa.

Veiga (2004, p. 33) lembra que “[...] a construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de de-

cisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório”. Vasconcellos (2005, p. 50) aponta as finalidades da construção do projeto como um canal de participação efetiva. Para o autor, “[...] o PPP além de permitir a interação de pensamentos entre agentes construtores, favorece a interlocução com a comunidade, com os órgãos responsáveis pelo sistema educacional e com a sociedade no seu conjunto (a quem possa interessar)”.

Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico torna-se o instrumento norteador da comunicação, interação entre a comunidade interna e externa, configurando-se também em um rico instrumento de intervenção neste espaço valioso para articular ações em promoção da saúde.

A democratização da gestão escolar, tendo por sustentáculo a participação dos sujeitos escolares na elaboração/implementação do PPP e na atuação dos órgãos colegiados requer, portanto, mudança de mentalidade. Implica a mudança no uso de tempos e espaços escolares, na organização do trabalho pedagógico e nas formas de comunicação e interação (SILVA, 2013).

TRANSCURSO DA PESQUISA

Nessa perspectiva, este artigo tem o **objetivo** de traçar um panorama de como as informações sobre saúde aparecem nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá. Defende-se que ações que podem posicionar a escola como promotora da saúde e da cidadania devem começar a ser planejadas nos Projetos. Será que o tema saúde consta nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições analisadas? Será que a construção de uma escola promotora da saúde está mesmo entre as preocupações das equipes que elaboram estes Projetos?

Para responder a estas questões, realizou-se a análise de conteúdo de 13 Projetos de escolas municipais de Maringá, cujo intuito foi verificar como são discutidas e planejadas as atividades que visam uma educação de qualidade e a constituição de cidadãos promotores de saúde. A proposta é, futuramente, utilizar esse levantamento para propor novas estratégias de Promoção da Saúde para o Ensino Fundamental da cidade de Maringá, garantindo a cidadania aos alunos da rede municipal de educação do município.

Os problemas da pesquisa já começaram no início do levantamento bibliográfico inicial que sustentou o projeto. A primeira preocupação que se teve foi compreender a legislação que regulava a elaboração dos Projetos. Porém, as séries iniciais do ensino fundamental possuem Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que apenas orientam as decisões e ações dos gestores escolares na sua elaboração, mas não propõem modelos a serem desenvolvidos. Esses documentos, no que diz respeito à qualidade do processo de comunicação, são bastante ineficientes.

Sabe-se que esses Parâmetros são frutos de políticas públicas, isto é, propostas dos gover-

nos da União, dos Estados, dos Municípios para o atendimento de necessidades e demandas advindas da sociedade. De acordo com Eyng (2010, p. 38), “[...] as políticas educacionais são parte do conjunto das políticas públicas que as englobam e tratam das questões relativas ao provimento da educação, seguindo determinações da Constituição Federal, do Plano Nacional de Educação (PNE), da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e de resoluções e leis complementares”. Segundo a autora, a LDB aponta nos artigos 12 e 13, que as escolas devem, de forma coletiva, incentivar a comunidade e a equipe pedagógica a desenvolver sua proposta pedagógica. Em seu art. 14, que trata da gestão democrática, a Lei apresenta o termo Projeto Político-Pedagógico da escola, enfatizando a importância da sua intenção educativa.

Vasconcellos (2005) destaca que o Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Para o autor, esse termo pode ser entendido como

[...] a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Portanto, é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição no processo de transformação (VASCONCELLOS, 2005, p. 169).

Para Eyng (2010, p. 43), “o planejamento e desenvolvimento do currículo escolar se orientam nas determinações emanadas das políticas curriculares”. Porém, não há uma diretriz específica para adequação do currículo da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Há, sim, alguns apontamentos. Essa falta de modelo traz prejuízos ao conteúdo dos Projetos, como será visto mais a frente.

Diante de um documento norteador, que não propõe modelos estruturais para os PPP, procurou-se perceber algum padrão estrutural nos Projetos escolhidos para a análise aqui proposta, de forma que possibilitassem sistematizar as observações sobre como lidam com o tema saúde. Porém, aí surge o segundo problema, não há modelo, padrão e, muito menos, capítulos ou subtítulos que especifiquem as ações de promoção da saúde nos projetos que chegaram às mãos das pesquisadoras. Desta forma, a saída foi propor uma análise de conteúdo desses documentos, utilizando a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011). Segundo a autora, “há diferentes fases neste processo: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2011, p. 125).

Assim, foi definida uma amostra por cotas das 49 escolas municipais de ensino de Maringá, que ofertam turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A amostra por cotas se baseou em Gil (1999). Para o autor a análise de cotas também é desenvolvida em três fases: “(1) classificação da população; (2) determinação da proporção da população; e (3) fixação de cotas para cada observador ou entrevistador” (GIL, 1999, p. 104).

Desta maneira, como foi possível verificar que as unidades escolares contemplavam características diferentes, a coleta de dados foi realizada em 13 das 49 escolas de ensino fundamental, divididas entre as quatro regiões da cidade (norte, sul, leste e oeste), que

apresentam diferentes características socioculturais. Nestas regiões, foram selecionadas as escolas que possuíam o maior número de estudantes. A Secretaria de Educação de Maringá, então, repassou os Projetos Político-Pedagógicos de 2012 das escolas para que fosse realizada a análise. Utilizou-se nas citações as nomenclaturas E.M.N. (Escola Municipal Norte), E.M.S (Escola Municipal Sul), E.M.L. (Escola Municipal Leste) e E.M.O. (Escola Municipal Oeste), para identificar as escolas por região, porém, sem expor as mesmas. Destaca-se que documentos oficiais como os PPP constituem-se numa fonte fidedigna de dados, visto que representam oficialmente as escolas na Secretaria de Educação. Coube às pesquisadoras apenas selecionar o que havia de interesse e, apesar de não exercer controle sobre a forma como os documentos foram criados, o material foi interpretado e comparado de modo que possibilitasse traçar e apresentar a ação das instituições.

Como estratégias de análises foram determinadas dois descritores: “saúde” e “prevenção”. Utilizando a ferramenta Localizar, no *software Word*, do pacote *Microsoft*, com vistas a determinar a frequência dos termos nos PPP e em que contexto.

O PERFIL DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Os **resultados** da análise de conteúdo mostraram, então, que quando se fala em saúde nos PPP das 13 escolas estudadas, não se foca especificamente em promoção e prevenção. Maringá possui dez mil educandos, em 57 Centros Municipais de Educação Infantil, e 17 mil alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, em 49 escolas municipais, conforme apresenta informações disponibilizadas pela Secretaria de Educação (SEDUC, 2012). Como foi mencionado, o levantamento de dados se deu em 13 Projetos das escolas municipais, nos quais a palavra “saúde” aparece 102 vezes, obviamente que mais de uma vez em cada documento.

Em boa parte delas (31,37%), a proposta é “valorizar a vida e sua qualidade como bens pessoais e coletivos, desenvolver atitudes responsáveis com relação à saúde” (E.M.L.2, 2012, p. 116), entendendo-a como “direito social”. Esses direitos sociais surgem misturados ao direito à educação e à vida digna e discorre-se sobre o fato de que devem ser garantidos a partir da participação civil da escola em associações civis, conselhos de escola, conselhos tutelares, conselhos de saúde etc.

A maior parte das ocorrências (37,25%) enfatiza a discussão sobre saúde dentro da proposta curricular, na disciplina de Ciências, sugerindo como tema o Corpo Humano e Saúde. Há projetos que apontam a estrutura institucional, que deve atender às “práticas e normas de segurança; às condições e normas de higiene e saúde” (16,66%). “Outros assuntos” somam 8,82%. E, ainda, há um grupo que, quando fala em saúde, propõe conteúdos a serem trabalhados a partir de ações de “atividade física” (5,8%), como a necessidade de proporcionar oportunidades de “alongamento e relaxamento”.

Pouquíssimos apontam particularidades que consideram problemas psíquicos e emocionais. Apenas três, na realidade, refletem sobre essa problemática, o que representa 2,94% do total de ocorrências. Um Projeto sugere o estreitamento “da relação com os pais quando o tema é saúde, sugerindo o acompanhamento e análise socioeconômica e cultural das famílias que compõem a comunidade escolar e a inserção dos responsáveis”. E acrescenta questões bastante focadas:

Um desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. A forma de cuidar, muitas vezes, é influenciada por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde (E.M.N.2, 2012, p, 47).

Outro Projeto é mais enfático. Destaca que é necessário envolver a família no ambiente escolar, no processo de ensino e aprendizagem, “quanto à realização das tarefas de casa, comparecimento em reuniões ou em outras convocações, falta de compromisso quanto à frequência, à saúde dos filhos, principalmente, aos problemas de hiperatividade”, diz o Projeto Pedagógico da Escola E.M.O.1 (2012, p. 28). Por outro lado, há grupos que eximem a escola de responsabilidades. “Discordamos [...] nas questões que não fazem parte da função da escola e sim da área da saúde, pois o responsável em garantir o bem estar do filho é a família e não a Escola, cabendo sim [a esta última] a oferta de um ambiente prazeroso para a sistematização do saber”. Este trecho é parte do Projeto da Escola Municipal E.M.L.4 (2012, p.18).

A Escola Municipal E.M.S.3 (2012, p, 63) observou o perfil socioeconômico das famílias dos alunos, a situação de atendimento médico hospitalar e outros detalhes sobre a área da saúde para então propor ações, em conjunto com as redes de apoio, para aproximar as famílias da vida escolar, por meio de reuniões de pais, datas comemorativas, Conselho Escolar, além de parcerias com o Conselho Tutelar, a rede atenção à saúde e as universidades, como a UniCesumar. E concretiza esse planejamento citando ações de combate à dengue, de cuidados com a higiene bucal, e também de “atendimento psicológico de vários alunos na Unidade”.

Quando se fala em prevenção, a situação é ainda mais complicada. Em 61,53% das 13 vezes em que a palavra aparece nos PPP se refere à “prevenção e erradicação das drogas” ou da “criminalidade”. Sendo que 30,76% das aparições citam de forma geral à busca da prevenção; e uma vez apenas (8,7%) se fala em promoção da saúde.

Diante dessa realidade, vê-se que os Projetos Político-Pedagógicos não vêm sendo referência para a promoção da saúde na escola. Pouquíssimos se preocupam em construir um ambiente plural de participação em que todas as instâncias – família, sociedade e escola – da comunidade escolar possam ter voz e assumir responsabilidade na tarefa de favorecer e fortalecer comportamentos que estimulem e promovam a saúde.

Um detalhe importante a se destacar foi a constatação de que os documentos apresentam

frases similares, quase com a mesma estrutura. “Atividade física na produção de saúde (Alongamento e relaxamento)”, por exemplo, aparece em três Projetos. Desse modo, é possível concluir que a redação pode ter sido feita mais por obrigação em apresentar o documento à Secretaria de Educação do que por consciência da importância do PPP para a efetividade da ação da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que se apresentou aqui uma breve discussão sobre as questões de saúde na escola. Utilizou-se parte dos dados que estão sendo levantados para uma dissertação que visa discutir em profundidade como os PPP se refletem na preocupação da comunidade em construir uma escola promotora da saúde. Há outros fatores que compõem o universo de condições que irão produzir o sujeito sadio e não são discutidos aqui, tais como a alimentação, a renda, o meio ambiente, entre outros aspectos. Porém, a frequência e o contexto que os Projetos Político-Pedagógicos apresentam a palavra saúde, foco deste artigo, já denotam uma profunda deficiência no que diz respeito à escola.

É preciso que se reveja o debate do tema nas unidades escolares. Sugere-se que as autoridades de educação e saúde comecem, por exemplo, a fornecer modelos mais consistentes a serem seguidos pelos Projetos Político-Pedagógicos, exigindo mais comprometimento das equipes gestoras na produção deste documento. Os Projetos necessitam, também, ir além das proposições gerais, apontando de forma mais significativa ações concretas que minimizem os problemas atuais que envolvem a educação. Entre eles, sem dúvida, está à saúde do ambiente escolar e dos alunos.

Hoje, o ato de disponibilizar conhecimento aos cidadãos passa definitivamente pela responsabilidade do Estado e as ações de comunicação, sejam elas institucionais ou sociais, dispõem de estratégias que facilitam o acesso por um número significativo de pessoas. Muitas vezes, porém, esse processo vem sendo cerceado por pesados condicionamentos. É necessário que os PPP sejam instrumentos de comunicação abertos, divulgados, que circulem de maneira ampla no ambiente escolar e em outras plataformas cada vez mais comuns na vida de pais, alunos, professores e gestores, como as tecnologias digitais. Precisa-se garantir que os membros da comunidade escolar não fiquem aquém das possibilidades de acesso ao que lhe é fundamental para uma vida digna. É preciso que a escola utilize todos os instrumentos para combater um mal crônico da nossa sociedade, que chamamos de exclusão: seja ela informacional, intelectual, digital, de cidadania etc.

Muitos problemas de saúde, lembra Capra (1982), são gerados por fatores econômicos e políticos, que só podem ser modificados coletivamente, por meio de uma ação que determine o envolvimento de pessoas em larga escala. A responsabilidade individual deve estar acompanhada da responsabilidade social. E, neste cenário de assistência social à saúde, a escola é responsável pela circulação de informações fundamentais. É nela que o conhecimento científico se transforma em ferramenta para toda a sociedade. E esse é um tipo de

ação, reforça Capra, que não pode ser fornecido, simplesmente, à população, mas deve ser praticado, diariamente, por todos os atores envolvidos neste quesito: o da promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A educação que produz saúde**. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de educação básica. **Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília, DF, 9 jul. 2010.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix; 1982.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida A. Educação ou Saúde? Educação X Saúde? Educação e Saúde! **Cadernos CEDES**, São Paulo: n. 15, p. 7-16, 1986.

_____. Educação, saúde e formação da cidadania na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 4., 1987, Recife, Trabalho apresentado... Recife: [s.n.], 1987.

DELORS, Jacques. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília: Mec; Unesco, 1998.

EYNG, Ana Maria. **Currículo escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.

GANDIN, Danilo, Gandin. Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARINGÁ. Prefeitura do Município de Maringá. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. Paraná, 2012.

PELICIONI. Maria Cecília Focesi; TORRES. André Luis. **Promoção da saúde: a escola promotora de saúde**. São Paulo, 1999. Série Monográfica n.12. Disponível em:< <http://www.bvs-sp.fsp.usp.br/tecom/docs/1999/pel001.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2013.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.L.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

_____. **E.M.L.4**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

_____. **E.M.N.2.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

_____. **E.M.O.1.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

_____. **E.M.S.3.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

SILVA, M. L. da. **O PPP como instrumento de interação da comunidade e de intervenção na realidade escolar:** escola de gestores da educação básica. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/1/coord_ped/sala_3/mod03_2unid_2.html>. Acesso em: 22 maio 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político – pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 2004.